



VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

EDUCAÇÃO DO CAMPO EM CONFLITO: paradigmas em disputa do Estado a sala de aula.

Sergio da Silva PEREIRA (UFGD¹/CAPES).

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar aspectos da disputa paradigmática da Educação do Campo brasileira e compreender de como um paradigma construído pelas classes populares pode se consolidar como uma política pública, sem perder suas características epistemológicas, culturais e políticas da classe trabalhadora do Campo brasileiro. Trata-se de uma discussão de base exploratória qualitativa adotando como teóricos de base Elsie Rockwell e Paulo Freire. Realizamos uma análise sobre a formatação do Estado, apoiados nos conceitos sociológicos de Norbert Elias, para compreender como se dá a disputa por espaço e poder nos estratos da sociedade e do Estado. Tomamos como princípio filosófico o materialismo histórico e dialético, analisando o processo histórico que a Educação do Campo se formatou buscando a superação dos modelos hegemônicos da Educação Rural e da Educação Urbanizadora. Concluímos o trabalho considerando ser importante o aprofundamento das pesquisas na Educação do Campo e suas disputas paradigmáticas, de modo a fortalecer a presença da classe trabalhadora do Campo nos espaços de formação e ascensão aos espaços de poder, dessa forma consolidar uma proposta que venha a contrapor a educação urbanizadora que considera os espaços escolares no campo como uma extensão das escolas urbanas, estendendo seus currículos, didáticas e práticas de controle de conteúdo, impondo seus livros didáticos e sujeitos desconectados da realidade camponesa.

Palavras chave: Disputa, paradigma, política pública.

1 Introdução

Buscaremos com esse trabalho analisar e discorrer sobre a importância da construção de uma práxis libertária na Educação do Campo, paradigma que está sendo construído nas últimas duas décadas sobre as bases do pensamento do educador Paulo Freire e da Educação Popular, contudo, com o protagonismo da

¹ poetsergio@gmail.com – UFGD/FAED-PPGEdu/GEPPEF.





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

classe trabalhadora, através dos movimentos sociais e entidades dedicadas à luta pela Reforma Agrária, dentre eles o que mais se destaca é o MST² (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a CPT³ (Comissão Pastoral da Terra).

O objetivo deste ensaio é refletir sobre a ação deste paradigma de educação popular frente a máquina de formatação dos processos educativos do Estado, para isso traremos como base para argumentação, referências de autoras e autores dedicadas(os) ao estudo da educação das classes subalternas, dentre elas a que mais nos apoiaremos será Elsie Rockwell e Paulo Freire.

A pergunta que buscaremos responder a partir deste trabalho é: Como um paradigma construído pelas classes populares pode se consolidar como uma política públicas sem perder suas características epistemológicas, culturais e políticas da classe trabalhadora do Campo brasileiro?

Compreendemos que o processo de construção do paradigma da Educação do Campo é uma conquista da classe trabalhadora, de seus intelectuais orgânicos, militantes e das entidades e movimentos sociais ligados à Reforma Agrária. Portanto, se trata de um espaço que está em constante disputa no Brasil e na

²Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores (CALDART, 2001, p. 207). “Os setores progressistas da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECBC) tiveram um papel ímpar na formação do MST” (NUNES, 2014, p.16).

³ CPT – A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma organização não governamental ligada à Igreja Católica e a outras Igrejas cristãs que compartilham dos valores ligados à teologia da libertação, onde estas entidades fizeram a “opção pelos pobres”. A CPT é uma pastoral que articula ações políticas, sociais, filantrópicas, educacionais, espirituais e de denúncia no âmbito dos povos do campo. Teve papel fundamental na fundação do MST e busca pela erradicação do trabalho escravo no Brasil.[...] “a CPT nasce de uma iniciativa oficial, porque foi criada durante um encontro de bispos; (ii) os bispos que participaram do encontro eram sobretudo da Amazônia e do Centro-Oeste; (iii) apesar de ser fruto de uma iniciativa oficial de bispos católicos, desde sua fundação tem caráter ecumênico, trabalhando com membros das igrejas metodista e luterana, e autônomo, porque suas decisões não estão submetidas às deliberações/autorizações da CNBB” (ROLEMBERG, 2020, p.55).



VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

América Latina pela terra e por uma educação integral libertária, já que uma luta não se dissocia da outra.

A partir do momento em que se levantaram os primeiros barracos de lona sobre os latifúndios improdutivos no Brasil, as primeiras escolas de pau-a-pique também se ergueram. Mesmo antes da formação oficial do MST no fim da década de 1970, no acampamento denominado Encruzilhada do Natalino, no estado do Rio Grande do Sul, mães já se organizavam junto à comunidade, coordenadas pela professora Maria Salete Campigotto⁴, para lecionar a 180 crianças que estavam fora do processo de educação formal. Stival (2022).

Historicamente a educação para camponeses e camponesas fora uma adaptação dos modelos formais aplicados à zona urbana. A Educação do Campo, surge para romper com essa lógica de subalternização dos povos do campo, que além de camponeses e camponesas, existem indígenas e quilombolas, com suas especificidades históricas, sociais e regionais que devem ser respeitadas no processo educativo.

A Educação do Campo, tem como base os princípios da Educação Popular, por se tratar de um paradigma proposto e protagonizado pela classe trabalhadora do Campo, não é qualquer educação ou adaptação de algum modelo aplicado.

Este seria o momento de uma inversão de uma educação para o povo, em direção a uma educação que o povo cria ao transitar de sujeito econômico a sujeito político e ao se reapropriar de um modelo de educação para fazê-la ser a educação do seu projeto histórico. Não esquecer que "sujeito político" tem, em Paulo Freire, a conotação do agente consciente-e-crítico e, portanto, pessoa criativamente ativa e corresponsável e participante pela gestão e transformação de sua polis, o seu lugar de vida e destino. (BRANDÃO; FAGUNDES, 2016, p. 99).

Essa Educação é um contraponto à Educação Rural, que historicamente é implantada no Brasil através de uma reprodução da Educação Urbanizadora no meio rural, uma interposição daquele que detém o conhecimento dito universal, para aquele que é considerado ignorante por estar isolado no meio rural. "[...] o conceito de educação rural representa o histórico modelo de educação ofertado para as áreas rurais" Stival (2022, p. 97), tal modelo considerava os parâmetros urbanos

⁴ Entre os acampados havia a Profa. Maria Salete Campigotto, que foi a primeira professora de um assentamento no país. (STIVAL, 2022, p. 95).





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

como o ideal a ser seguido pelos rurais, de maneira que os preparasse e estimulasse ascender às cidades com certa formação.

“A idealização da cidade, quem inspira a maior parte dos textos legais, encontra-se na palavra adaptação, utilizada a repetida às vezes, a recomendação de tornar acessível ou de ajustar a educação escolar nos termos da sua oferta na cidade às condições de vida no campo” (BRASIL, 2002, p. 21).

Compreendemos que a força e a forma do modelo de Educação Rural ainda se encontra ativo em diversos espaços formativos, a disputa por uma educação inclusiva, adequada e não adaptada aos camponeses e camponesas tem avanços e recuos no decorrer da história, a visão da classe dominante sobre aqueles e aquelas que ocupavam os territórios camponeses, era visto com desprezo e negação de valores válidos a serem ensinados na escola. “Os discursos eram permeados de arrogância de um grupo que falava pelos povos do campo, e a escola se configurava como um instrumento ou aparelho, que deveria cumprir os objetivos que essa classe dominante determinava” Carvalho (2016, p. 149). Assim, a disputa dentro do território se estabelece primeiramente por perspectivas de classe, por conceitos e preconceitos, por sobreposição epistemológica e violência do opressor sobre os oprimidos.

Educação do Campo uma política pública em disputa

Entendemos que o Estado não é um entidade neutra e isenta de ideologia, pelo contrário, o Estado é produzido por sujeitos que ascendem de processos políticos, ora democráticos, ora burocráticos e ora pragmáticos, contudo, tendem a manter o *status quo* e a manutenção do poder nas mãos da classe dominante economicamente, “El poder estatal también se consolida en el consenso, en el terreno de los “sentidos compartidos”, de las concepciones del mundo articulables a las concepciones políticamente dominantes” Ezpeleta e Rockwell (1983, p.71).

O Estado é quem domina os sistemas de educação, se o Estado adota tendências neoliberais, porque ele adotaria um sistema emancipador de educação ao seu povo? A busca por uma educação em modo autômato é uma negação da possibilidade da vocação humana de *ser mais* Freire (2022).





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

Os sistemas, portanto, são um desafio para uma educação libertadora, pois eles derivam do Estado e seus mecanismos de manutenção do poder, a academia e suas estruturas burocráticas, *modus operandi* epistêmicos tradicionais, diga-se, tradicionais europeus. Desafio este, que coloca os sujeitos defensores do paradigma da Educação do Campo frente ao paradigma neoliberal da educação, que busca uma permanência na adaptação do modelo mercadológico da educação, aos sistemas que atendem camponeses/camponesas, indígenas e quilombolas, mesmo que estes tenham garantidos em lei suas especificidades educacionais.

Las sucesivas políticas estatales sostienen y delimitan la institución escolar. Su intencionalidad se traduce en normas para regir y unificar su organización y actividades. El Estado define contenidos de la tarea central, asigna funciones; ordena, separa y jerarquiza el espacio para diferenciar labores, y de este modo define — idealmente— relaciones sociales. Filtrándose en todo ello, implícitamente, dispone sistemas de control (EZPELETA; ROCKWELL, 1983, p. 73-74).

A histórica luta dos Movimentos Sociais e entidades ligadas à Reforma Agrária, no Brasil e na América Latina, prova que é possível ocupar latifúndios, resistir e produzir, à custa de muito esforço, sangue e organização, por certo. Portanto, o lema muito utilizado pelo MST, ocupar, resistir e produzir, carece de aplicação à Educação do Campo, ocupar a academia, formar intelectuais orgânicos, resistir à burocracia, amarras e moldes institucionais e por fim produzir conhecimento que possa fomentar mais intelectuais orgânicos e perpassar aos espaços educacionais de outros níveis de ensino, desde a educação básica até a pós-graduação.

A identidade, a cultura da mística dos Movimentos Sociais e a forma de aproximação dos saberes acadêmicos aos espaços populares precisa ser estreitada, para que a pergunta motivadora deste trabalho possa ser respondida: Como um paradigma construído pelas classes populares pode se consolidar como uma política públicas sem perder suas características epistemológicas, culturais e políticas da classe trabalhadora?

A pergunta não pode ser respondida de maneira breve, obviamente, pois não depende somente da classe trabalhadora para responder, pois estamos tratando de algo que está entranhado de interesses advindos do Estado, do mercado e da



VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

classe trabalhadora, povos do campo, no caso. Norbert Elias (2008) vai tratar das vinculações entre profissionais e o Estado. Alertando para complexidade dos sistemas de poder que atravessam a sociedade, a sociedade industrial e da sociedade dos políticos profissionais, ocupam camadas que precisam ser compreendidas, para que possamos responder de que maneira a Educação do Campo poderá se localizar e consolidar um paradigma libertário no seio do Estado.

Pero también en este plano aparece, en una consideración más detenida, como insuficiente la idea de que es posible explicar las tensiones y conflictos entre las dos grandes clases industriales, entre obreros industriales y burguesía industrial, disociando las oportunidades «económicas» de las oportunidades disputadas y haciendo de ellas el centro de atención. En función de lo que realmente es posible observar, esto induce a error. El problema, visto más de cerca, es en realidad la distribución de! poder a todo lo largo y ancho, o sea en todos los pisos, en todos los niveles de integración, de una sociedad industrial y estatal estructurada em muchos niveles (ELIAS, 2008, p.169).

Portanto, compreender os níveis de poder de que Norbert Elias aborda, aponta para onde devemos olhar em nossa investigação, obviamente o autor trata de outras relações, mas é possível estabelecer uma relação a partir de seu prisma analítico. Assim, o lugar onde os povos do campo se encontram ainda é uma estratificação subalterna, esses sujeitos não ocupam dentro do Estado, camadas de poder, sim, exercem algum poder de pressão através de mecanismos de mobilização social, através de seus movimentos, seus avanços e recuos, tem seus representantes na classe política, mas de fato não ocupam espaços de poder no sistema capitalista.

O processo democrático brasileiro tem sofrido inúmeros abalos nos últimos anos, a partir de 2016 com o impeachment da Presidenta Dilma Roussef e sucessivos processos de *Low Fare*, em outras palavras guerra híbrida ou guerra jurídica, movidos de maneira a desestabilizar o país, assim alguns avanços obtidos nas décadas anteriores, foram retroagidos pela classe dominante economicamente, já que ela tem determinado nas camadas de poder, a guinada à direita e à extrema-direita, os interesses políticos e econômicos do Brasil, arrastando novamente o país ao mapa da fome e a precarização do trabalho e da educação.

O lugar da Educação do Campo neste cenário hostil tem sido de resistência, buscando garantir sua permanência como política pública, mesmo frente aos





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

desmontes contínuos dos governos federais desde o golpe midiático-jurídico-parlamentar do ano de 2016.

O contexto desfavorável no nível macro precisa ser compreendido, para que as práticas do cotidiano se apliquem de maneira reflexiva. A partir do meu quintal poderei compreender o mundo, o mundo das minhas ideias, o mundo dos meus vizinhos, o mundo da minha escola, o mundo do meu município, o mundo do meu estado, o mundo do meu país, o mundo do meu continente, enfim, o mundo. Sem a aproximação do problema na ação-reflexão-ação, as classes subalternas terão muita dificuldade e talvez poderão não enxergar as camadas de poder, assim deixarem de se situar e compreender as possibilidades de mudanças estruturais.

Vivendo sua vida e realizando seu trabalho, todo sujeito empreende atividades variadas para poder reproduzir-se no modo histórico particular do mundo em que vive. Atividades que são, ao mesmo tempo, constitutivas desse mundo. A prática dos sujeitos individuais, circunscrita a “pequenos mundos”, atinge sempre algum grau, inscreve-se simultaneamente em diferentes níveis de “integração” de cada formação social (desde a família e o bairro, até as instituições estatais ou os partidos políticos). Na escala das integrações maiores, o conteúdo de certas práticas é relevante para os processos reprodutores ou transformadores das relações sociais hegemônicas. (ROCKWELL; EZPELETA, 2007, p.141).

Não há de fato saída fácil para pergunta indutiva deste trabalho, Paulo Freire (2022) trata na sua *Pedagogia do Oprimido*, que por mais complexa que seja as formas de investigação, quando se trata do povo, esta não deve ser realizada com certo afastamento cientificista, onde o investigador “transforma o orgânico em inorgânico, o que *está sendo* no *que é*” (p.140). A rigor, o pesquisador ou a pesquisadora está imerso na academia, que está posicionada em alguma camada do Estado ou do mercado, de acordo com sua natureza, portanto, nesse estrato, a princípio, não está o povo, e, como obter tais respostas, sem se tornar um invasor intelectual?

Como investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito do seu pensar. e se eu pensar é mágico ou, será pensando o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará e é superação não se faz no ato de consumir ideias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação (FREIRE, 2022, p.141).





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

O papel do pesquisador ou da pesquisadora, assim, é realizar a intermediação entre os saberes populares e a problemática a ser investigada, a partir de uma perspectiva integradora dos saberes e promotor da ação-reflexão-ação, pensar com o povo, para que de fato possamos compreender o que é possível estabelecer de mudança, ou afirmação do paradigma da Educação do Campo, ocupando o latifúndio epistemológico da academia e pintando de povo os corredores frios e cinzas de saberes e formas de democratização popular deste território, deste estrato que é feito de gente, pois o Estado é feito de gente, que caiba gente do povo nele, e, a academia, a Educação do Campo, seja porta de entrada para seu fortalecimento e consolidação para esses povos.

O paradigma da Educação do Campo também enfrenta várias disputas internas, o principal, consideramos, é o rompimento com uma tradição oriunda das velhas oligarquias patronais rurais, tratadas brevemente na introdução deste trabalho, onde o latifúndio ditava as normas das escolinhas que se prestavam a dar uma formação básica aos filhos e filhas de funcionários(as), arrendatários(as) e meeiros(as). Essa tradição da educação rural, que era uma adaptação da educação urbana, se estabeleceu a partir da década de 1970 como uma educação urbanizadora, fato esse se deu por conta da política ditatorial do governo brasileiro que viveu um golpe militar dos anos 1964-1985, política essa que promoveu um êxodo rural de grandes massas, e, carecia de mão de obra barata, com um mínimo de instrução para o pátio das fábricas e canteiros de obras nos grandes centros. O país passou de entorno de 25 a 30% da população que vivia em áreas urbanas para 75% no decorrer de 40 anos, Stival (2022).

O *modus operandi* que se estabeleceu nas camadas Estatais, principalmente nas esferas municipais, onde estudam a maioria das crianças e jovens camponeses, indígenas e quilombolas permaneceu por muito tempo adotando o paradigma urbanizador. Uma hegemonia que passou a ser enfrentada pelo paradigma da Educação do Campo, contudo, que ainda encontra muita resistência, por se tratar de uma educação como prática libertária e dos movimentos sociais.

Considerações finais





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

Consideramos que não é possível chegar a uma conclusão final deste ensaio, mas terminamos o texto propondo um olhar humanista sobre a investigação, no sentido de Paulo Freire e Elsie Rockwell, que tem muito a contribuir com a investigação sobre a Educação do Campo e a superação da perda de identidade desta política pública no Brasil, construída às duras penas, organização, luta, resistência, ação-reflexão-ação, dos movimentos sociais e entidades ligadas à luta pela Reforma Agrária.

Entendemos que o olhar sociológico de Norbert Elias, pode nos ajudar a compreender as estruturas sociais que compõe a sociedade e o Estado, alvo da nossa investigação, contudo, a brevidade deste estudo nos limita a instigar novas pesquisas e fortalecimento de teses e dissertações que abordem a disputa paradigmática da Educação do Campo, que se coloca como uma prática para libertação, como uma educação contra hegemônica a favor dos povos do Campo, indígenas e quilombolas.

A partir desta reflexão, esperamos buscar uma preparação para a pesquisa, que respeite tanto os processos burocráticos e sistêmicos da academia, quanto a sabedoria popular e possa compreendê-la como saber válido, com rigor científico e profícuo de produções e epistemologias, que possamos respeitar nossos sujeitos de pesquisa não como objetos, inertes e inanimados na história, mas que possamos contribuir na ação-reflexão-ação e a partir daí observar e coletar nossos dados.

Sigamos fortalecendo o paradigma da Educação do Campo, até que o campo e seu povo adentre a academia e ocupe os latifúndios epistemológicos do Estado, afinal o Estado é feito de gente, que seja feito de gente do povo.

Referências

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 01/2002. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf> . Acesso em 17 out 2022.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 02/2002. Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf> Acesso em: 17 out 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. Dossiê





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

- Paulo Freire, a Prática Pedagógica e a Formação de Professores • Educ. rev. (61) • Jul-Sep 2016 <https://doi.org/10.1590/0104-4060.47204>.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001.

CARVALHO, Raquel Alves de. **Identidade e Cultura dos Povos do Campo: entre preconceitos e resistências, qual o papel da educação?** Curitiba: Appris, 2016.

ELIAS, Norbert. **SOCIOLOGÍA FUNDAMENTAL**. 2. ed. Barcelona: © Editorial Gedisa, S.A, 2008. 213 p.

EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. Escuela y clases subalternas. **Cuadernos Políticos**, D.F. México, n. 37, p. 70-80, Não é um mês válido! 1983. Semestral.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 82. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. 256 p.

NUNES, Márcia Vidal. **Teologia da libertação, mística e MST: o papel da comunicação grupal libertadora na organização política do movimento**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de / CAMPOS, Marília. EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO. In: CALDART, Roseli Salete (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 239-246.

ROCKWELL, Elsie; EZPELETA, Justa. A ESCOLA: relato de um processo inacabado de construção. **Currículo Sem Fronteiras**, Ciudad del México, v. 7, n. 2, p. 131-147, 12/2007. Semestral. Disponível em: ISSN 1645-1384 (online) www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 10 nov. 2022.

ROLEMBERG, Igor. Onde está o religioso? mística e espiritualidade no político, no público e no secular. *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Paris – França [orcid: https://orcid.org/0000-0002-5171-1254](https://orcid.org/0000-0002-5171-1254)

STIVAL, David. **A educação do campo e o MST: trabalho e práticas sociais com assentados da reforma agrária**. Petrópolis:

